

Pode sair amanhã o acordo com o Clube de Paris

E isso permitirá que o Brasil volte ter acesso a empréstimos já negociados com governos credores e até agora embargados

Importantes conversações monetárias transcorrem nas últimas horas na Europa. Enquanto o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, reunia-se em Paris com o ministro de Economia e Finanças, Edouard Balladur — encontro classificado como secreto pelos assessores do ministro francês — os dois negociadores brasileiros, Álvaro Alencar, assessor internacional do Ministério da Fazenda, e Antônio de Pádua Seixas, diretor do Banco Central, iniciavam, na mesma Capital, contatos preliminares com o Clube de Paris com vistas à reunião de amanhã e quinta-feira, quando deverá ser analisada a possibilidade de um acordo de reescalonamento de parte da dívida pública brasileira.

Segundo uma alta expressão da direção do Clube, normalmente, quando uma reunião é oficialmente convocada, quer dizer que os parceiros que integram o Clube de Paris praticamente já chegaram a um acordo com o país devedor. Isso explica o otimismo manifestado no fim de semana pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, antecipando a conclusão de um acordo com essa instituição. A partir daí estarão desbloqueadas as negociações com

os bancos comerciais, cujo início está previsto para os primeiros dias de janeiro. Um acordo com o Clube de Paris permitirá também que certos créditos para setores específicos, no caso o energético, já negociados, sejam também liberados rapidamente. Como se sabe, tanto o Japão como a França condicionavam a concessão de créditos para esse setor a um acerto com o Clube de Paris.

Por enquanto, os dois negociadores brasileiros que participaram ontem, como credores, da discussão do caso da Nigéria, se negaram a falar sobre a proposta brasileira. Isso só acontecerá quinta-feira, quando a proposta de reescalonamento for feita durante a reunião plenária. Algumas áreas acreditam que a negociação poderá prolongar-se até fevereiro, quando deverá vir a Paris o próprio ministro da Fazenda, Dílson Funaro, para expor a situação econômica brasileira aos credores do Clube de Paris.

Ontem, tanto os negociadores brasileiros como os integrantes do Clube de Paris mantinham o mais absoluto silêncio sobre os termos da negociação. Se o êxito político foi garantido pela disposição do

Clube de Paris de concluir um acordo com o Brasil, certos detalhes técnicos continuam sendo discutidos pelos dois lados. Após esse acordo, dificilmente os bancos comerciais vão poder continuar insistindo em que o Brasil precisa assinar um acordo com o FMI, antes de uma negociação plurianual de sua dívida. Em todo caso, representantes de bancos europeus envolvidos com a dívida brasileira lembram que o governo adotou, por conta própria, algumas das medidas que o FMI preconizaria. Para essas áreas, as medidas são ainda insuficientes, mas outras poderão ser anunciadas proximamente. Após o malogro da greve geral de sexta-feira, os meios financeiros internacionais acreditam que o Brasil ainda possui uma reserva de capital social, indispensável para a adoção de medidas suplementares de ajuste de sua economia.

Baker trata da dívida

Nos encontros que o secretário do Tesouro, James Baker, vem mantendo com seus colegas europeus, o problema da dívida do Terceiro Mundo é uma preocupação constante, inclusive ontem quando se avistou com Edouard Balladur.

Isso não apenas porque a renegociação com o Brasil está na ordem do dia, mas também, por causa da reticência manifestada pelo Egito, através de seu presidente, Hosni Mubarak, ainda na semana passada em Paris, quanto às exigências do FMI ao receio de que uma recessão possa provocar sérias revoltas populares. O equilíbrio social no Egito é precário — situação agravada por um importante componente de ordem religiosa: a oposição cada vez mais ativa dos integristas islâmicos.

Na Alemanha Ocidental, onde passou o fim de semana em companhia de seu colega alemão, Gerhard Stoltemberg, James Baker desmentiu a discussão de um pacto germano-americano sobre o problema das taxas de câmbio e das taxas de juros praticadas na Alemanha. Os norte-americanos gostariam de fechar com os alemães um pacto idêntico ao assinado com os japoneses e destinado a estabilizar a relação entre o dólar e o iene. Por enquanto, pelo menos até as eleições de janeiro de 87, na Alemanha essa é questão tabu no país, razão pela qual os ministros preferiram anunciar que trataram das perspectivas da economia mundial

em 1987 e do grave problema da dívida do Terceiro Mundo. Mas tudo indica que, após as eleições de janeiro, um acordo entre Bonn e Washington na área monetária poderá ser concluído. A questão das taxas de juros é tão delicada na Alemanha que o próprio presidente do Banco Central alemão, Karl Otto Poehl, fez questão de anunciar que não estava disposto a se avistar com o secretário do Tesouro dos EUA.

EUA x Europa

Tudo isso ocorre no momento em que surgem novas ameaças de guerra comercial entre os EUA e a Europa. Antes de se reunir em Bruxelas com a delegação brasileira chefiada pelo embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima para discutir a divergência sobre reserva de mercado entre Brasília e Washington, a delegação norte-americana chefiada pelo embaixador Clayton Yeutter manteve duras reuniões em Bruxelas com os representantes da Comunidade Européia para tratar das consequências comerciais do ingresso da Espanha e Portugal na CEE. O encontro terminou com a constatação de um novo malogro, cujas consequências na área comercial poderão ser considerá-

veis. Os representantes da CEE nesse encontro, Willy de Clerq e Franz Andriessen, fizeram ontem um简略 relato das discussões aos 12 ministros do Exterior da CEE em Bruxelas.

A exemplo das pressões dos EUA sobre o Brasil, estabelecendo o prazo de 31 de dezembro para um acordo sobre o problema da reserva de mercado na área da Informática, também os países da Comunidade Européia estão sendo ameaçados de represálias comerciais pelos norte-americanos se no mesmo prazo não chegarem a um acordo. O próprio secretário de Estado, Georges Shultz, anunciou que as medidas de represália seriam adotadas pelo governo no seu mais alto escalão, quer dizer, através do próprio presidente dos Estados Unidos. Já há alguns meses, o governo norte-americano havia preventivamente que poderia adotar medidas restritivas para a exportação de vinho, queijo, álcool, cerveja, chocolate e frutas procedentes da Europa. Isso se a Comunidade não aceitasse compensar a perda de 500 milhões de dólares, provocada pelo ingresso da Espanha e Portugal no Mercado Comum.

Reali Júnior, de Paris